

ANÁLISE DA GESTÃO DO GRUPAMENTO DE APOIO AO TURISTA DA GUARDAMUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO EM 2020

Analysis of the management of the tourist support group of the municipal
guard of rio de janeiro in 2020

Vinícius Cruz Pinto

Dr. em Antropologia , Professor da faculdade Unyleya e SEEDUC-RJ

Genésio Gregório Filho

Faculdade Unyleya/ Guarda Municipal -Rio de Janeiro

Resumo

O presente trabalho visa demonstrar os dados e informações referentes a gestão do Grupamento de Apoio ao Turismo (GAT) da Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GM-Rio) no ano de 2020, começo da pandemia COVID-19. A metodologia aplicada foi o levantamento logístico das guarnições e atendimentos ocorridos bem como levantamento bibliográfico e histórico a respeito da Guarda Municipal. Foi verificado as nuances operacionais e administrativas, e o apontamento de fatores negativos, positivos e a proposição de melhorias que promovam maior eficiência no desempenho das tarefas dessa unidade especializada em policiamento turístico da GM-Rio evocando as dificuldades interinstitucionais com outros setores da segurança pública e questões históricas próprias da área no impacto da gestão na contemporaneidade.

Palavras-Chave: Guarda Municipal. Policiamento em áreas turísticas. Processo de gestão.

Abstract

This paper aims to demonstrate the data and information regarding the management of the Tourism Support Group (GAT) of the Municipal Guard of Rio de Janeiro (GM-Rio) in the year 2020, the beginning of the COVID-19 pandemic. The applied methodology was the logistical survey of the garrisons and attendances occurred as well as bibliographical and historical survey on the Municipal Guard. The operational and administrative nuances were verified, pointing out the negative and positive factors, as well as the proposition of improvements that promote greater efficiency in the performance of the attributions of this unit specialized in tourist policing of GM-Rio, evoking inter-institutional difficulties with other sectors of public security and historical issues specific to the area in the impact of management in contemporary times.

Keywords: Municipal guard. Policing in tourist areas. Management process

PINTO, Vinícius Cruz; FILHO, Genésio Gregório. Análise da gestão do grupamento de apoio ao turista da guarda municipal do rio de janeiro em 2020. *Educação Sem Distância*, Rio de Janeiro, n.7, jan/jun. 2023.

1.0 Introdução

Tivemos o objetivo em demonstrar as atividades desenvolvidas pelo Grupamento de Apoio ao Turista no decorrer do ano de 2020, verificando suas nuances operacionais e administrativas.

Para tanto iremos abordar em primeiro lugar o processo de constituição da Guarda Municipal do Rio de Janeiro abordando sua trajetória histórica e suas influências no campo da Segurança Pública.

Em seguida apresentaremos uma reflexão sobre o quanto tais aspectos da construção deste relevante campo passou no quesito da gestão que oscila entre os modelos burocráticos e modelos flexíveis dos quais existe absorções de tais modelos de um sistema empresarial em fusão ao público, ofertando suas tensões políticas, administrativas e algumas vezes incapacitante do próprio trabalho.

Em terceiro, tratamos sobre Estruturação do grupamento de apoio ao turista (GAT) trazendo alguns dados da formação deste grupamento, dados do ano de 2020 elencando alguns pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades conforme análise SWOT.

Para o desenvolvimento deste trabalho cabe ressaltar a concordância com os pressupostos de Alves-Mazotti e Gewandsnadzer (2002, p.160) de que “não há metodologias ‘boas’ ou ‘más’ em si, e sim metodologias adequadas ou inadequadas para tratar um determinado problema”. Diante de um estudo de cunho qualitativo e quantitativo e com viés exploratório, para alcançar os objetivos propostos foi efetuado um trabalho focado no levantamento de material bibliográfico e dados gerados pelo Grupamento de Apoio ao Turista em seu trabalho cotidiano que possibilitara uma visão panorâmica sobre o andamento das atividades no primeiro semestre de 2020.

A importância da coleta de dados cotidianos, seja de cunho administrativo ou operacional, pois é fundamentado nesses dados de gabinete ou campo que podemos gerar informações relevantes para a gestão da unidade sendo um formato de pesquisa valiosa compreender que documentos são valiosos na construção de análises científicas e promoção de políticas públicas (DARTON, 1986; MIRANDA, 2008; PEIRANO, 2006b; MIRANDA, OLIVEIRA, PAES, 2010; PINTO, 2020). Além das chances que abusca por tais documentos promovem para a pesquisa, também é importante fazermos a ressalva sobre a crença excessiva nos números e na capacidade que eles têm em apresentar um traço da realidade. Conforme Miranda (2018,15):

Essa distinção de classificações está diretamente relacionada ao modo como os diferentes profissionais agem no seu dia a dia. Quando se produz um relatório com a sistematização dessas informações, chamadas de “estatísticas policiais” ou “estatísticas de criminalidade”, é preciso levar em consideração que os números não representam uma amostra construída cientificamente, mas que são apenas somatórios de casos daquilo que a instituição julgou relevante registrar, não se referindo tampouco à totalidade de demandas apresentadas pela população, e muito menos dos fatos existentes na sociedade (grifos nossos)

Portanto, o levantamento não pode exatamente representar uma realidade na medida em que existe um padrão classificatório e uma escolha desses dados bem como é característico a ideia do “bico” no registro da ocorrência como outras pesquisas apontam (BONIOLO, 2011; PINTO, 2011).

2.0 Implicações históricas na Segurança Pública e a Guarda Municipal do Rio de Janeiro

A experiência inicial do modelo de policiamento municipal no então Distrito Federal, hoje Cidade do Rio de Janeiro, fora a Guarda de Vigilância Municipal, criada pelo Decreto nº 4.790 de 22 de maio de 1934, compreendendo os serviços de guarda noturna da cidade, das repartições públicas municipais e monumentos dos parques e jardins públicos.

As atribuições eram: verificar a iluminação pública, principalmente em caso de irregularidade ou ameaça de acidente, suspeitos parados próximo a portas, muros de prédios públicos, as praças e jardins, bem como a comunicação com posto de vigilância, no caso de detecção de possíveis criminosos, interrogar e conduzir ao Distrito Policial, fiscalização de posturas municipais (atividades comerciais e dos transportes urbanos) pertinentes à ordem de fechamento de acordo com o tipo de licença, assim como, as questões pertinentes ao trânsito, entretanto, sem esquecer do trato cotidiano do guarda com a população e a observância de deveres de cuidado no que tange o uso da arma.

Tais atribuições lembram as atividades principais da Intendência Geral de Polícia foi criada em 10 de maio de 1808, tendo como atividades: manter a ordem pública, limpeza, salubridade, iluminação, arruamento da cidade, vigilância da população, investigação de crimes, efetuação de prisões e funções administrativas e abastecimento de água. O intendente tinha a autoridade de investigar, acusar e julgar. Tudo aquilo que ameaçasse a ordem pública, poderia ser julgado e punido sob o som da chibata (LAGE; MIRANDA, 2007).

A Guarda Municipal assim tem a sua história atrelada à das Polícias Civil e Militar e, portanto, sofreu a ação de uma força mimética, sendo intrínseca a influência de características das instituições originárias na corporação. Destaca-se a Polícia Civil uniformizada que, entre os anos de 1866 e 1869, muito se destacou no cumprimento da missão de policiamento ostensivo, sua atribuição original da época. Eram as Guardas: Urbana, criada em 1866, para vigilância contínua da cidade, a Civil, criada em 1904, para atribuições mais amplas de policiamento uniformizado, a Polícia Especial, criada em 1932, para controle de distúrbio, missões policiais de alto risco e segurança pessoal do Presidente da República e, finalmente, a Polícia de Vigilância, criada em 1960 para agir no âmbito do então Distrito Federal.

Assim, a polícia militarizada do Brasil fora criada não para a população, mas para a Coroa, inclusive na Primeira República, pouco mudou na prática policial, tendo em vista que as práticas e o distanciamento com a população se sustentaram.

Após 1964, a Segurança Pública passou a ser a incrementar ainda mais o modelo autoritário que direcionava seus esforços no “controle da informação na luta contra o inimigo interno – as organizações políticas de esquerda” (LAGE; MIRANDA, 2007, p. 2).

Neste período, em 28 de dezembro de 1970, a Guarda Municipal denominou-se Polícia de Vigilância devido à criação do Estado da Guanabara e passou a ser denominada Força Policial. O fato se deu no Governo Carlos Lacerda e na gestão do Prefeito Negrão de Lima, quando a instituição foi batizada Guarda Civil do Estado da Guanabara, vinculada à Polícia Civil. Após a extinção das Guardas Municipais, no ano de 1979, a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) criou um corpo de vigilância orgânico, iniciado com 50 homens para proteção dos próprios da COMLURB, localizados em toda a Região Municipal. Logo foi percebido que o efetivo era insuficiente, daí a empresa decidiu aproveitar, dentro do seu próprio quadro de funcionários, aqueles que tivessem formação na área de segurança, transformando assim, seus cargos para vigilantes e, desta forma, originando um quadro funcional que seria a pedra fundamental, ou como muitos consideram, 'o embrião' da atual Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GM-Rio).

Nos anos 1980 já tiveram esforços de outros setores da sociedade em reorientar os objetivos da Polícia, pensando na manutenção dos direitos do cidadão. Foi uma década com expectativas e fruto de manifestações em busca de direitos já na década de 1970 (CALDEIRA, 1991).

Tendo como fundamentos o Artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, o qual preconiza em seu § 8º a faculdade conferida aos Municípios, no sentido de autorizar tais entes federativos a criar suas Guardas Municipais; na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em seu Artigo 183, § 1º há o mesmo comando. Na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 1990, a atual Guarda Municipal do Rio de Janeiro fora criada em 27 de julho de 1992 pelo então Prefeito Marcelo Alencar, por força da Lei Municipal 1.887, de 27/07/92, com alterações determinadas pela Lei Municipal 2.612, de 23/12/1997.

Em 30 de março de 1993, o então Prefeito César Maia, em seu primeiro mandato eletivo, através do Decreto 12.000, implantou oficialmente a GM-Rio, ampliando suas atribuições dentro dos limites da legislação vigente, conforme as prerrogativas da Lei Orgânica do Município, de 1990, no seu Artigo 30, ficando definidas as suas atribuições específicas as seguintes:

- a) Proteger seus bens, serviços e instalações;
- b) Organizar, dirigir e fiscalizar o tráfego de veículos em seu território;
- c) Assegurar o direito da comunidade de desfrutar ou utilizar os bens públicos, obedecidas as prescrições legais;
- d) Proteger o meio ambiente e o patrimônio histórico, cultural e ecológico do município;
- e) Oferecer apoio ao turista nacional e estrangeiro. (GM-Rio, 2019)

O mesmo Decreto instituiu a Empresa Municipal de Vigilância S.A. (EMV) para administrar a Guarda Municipal. No ano de 2007, para fins estatísticos e ilustrativos, a Instituição contava com 5.482 Guardas Municipais, selecionados em Concursos Públicos de Provas e Títulos e admitidos segundo os ditames constitucionais e preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho para compor o quadro funcional da então Empresa Pública vinculada à Administração Pública Indireta em 1992, 1995, 1997 e 2002, sendo 14,26% do efetivo do sexo feminino, mais de 75% detentor do Ensino Médio Completo (CENTRO INTEGRADO DE ESTUDOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2008, p. 14) além de 433 funcionários administrativos (informação verbal). Cabe ressaltar que tal quadro passou por significativa modificação, com a publicação da Lei complementar nº 100, de 15 de outubro de 2009, que extingue a Empresa Municipal de Vigilância S/A e cria a Autarquia denominada Guarda Municipal na estrutura da Administração Pública Indireta.

Visando cobrir os demais pontos da cidade, a GM-Rio hoje conta com uma estrutura operacional composta por 15 Inspetorias da Guarda Municipal (IGMs), e 10 Grupos Especiais (GEs) criados para cumprir missões específicas tais como: Operações Especiais (GOE); Cães de Guarda (GCG); Defesa Ambiental (GDA); Apoio ao Turista (GAT); Tático Móvel (GTM); Ronda Escolar (GRE); Especial de Praias (GEP); Especial de Trânsito (GET) e o Grupo de Guardas Motociclistas (GGM). (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2019).

De forma geral é preciso compreender que os impactos das formas de se pensar a força policial deva mudar com base nos valores democráticos presentes não estando mais vinculado a uma ditadura militar ou à uma monarquia, mesmo que ambas as características tenham um peso histórico nas instituições da segurança pública. Segundo Cerqueira, (1986 p.9):

A segurança não é só repressão policial. É preciso que a questão de segurança seja discutida e assumida como tarefa e responsabilidade, permanente de todos do Estado e da população. Assim da noção e ordem pública e da integração comunitária para seu completo entendimento e realização.

Então, pensar a segurança pública é algo que vai muito além dos chamados aspectos operacionais. Mudar essa percepção é algo necessário como complementa Santos (2012, p. 77):

Não é recente a preocupação, tanto dos estudiosos quanto dos formuladores de políticas públicas, acerca da segurança pública no Brasil. Essa é uma preocupação que vem crescendo ao longo dos anos, embora o foco da ação dessa importante política tenha sido diferente, a depender da orientação político-ideológica adotada. É importante afirmar isso inicialmente, pois nem sempre a segurança pública foi tratada como uma questão de cidadania propriamente dita. Na história brasileira tal política foi predominantemente tratada sob a ótica da repressão e como uma área de intervenção estatal

exclusivamente afeta às polícias. Historicamente, a percepção em relação à sociedade tem se dado pela ótica do perigo e como produtora da desordem e da insegurança e suas demandas, particularmente a dos pobres, mais como uma questão de polícia do que de política públicas.

Sendo assim estamos diante de resultados que são conjugados por um processo amplo que é iniciado na seleção e formação dos que ingressam nas organizações de segurança pública.

Essas organizações necessitam de administração, contudo, boa parte dos gestores não são profissionais formados especificamente para esse fim e, em muitos casos, na segurança pública, a gestão não tem diretrizes claras e fica à mercê de interesses políticos.

Segundo Banaszkeski (2021, p. 20):

Mesmo dentro de uma única corporação há metodologias diferentes da gestão da qualidade, seja pelo nível de conhecimento e de preparo, seja pelo nível de aplicação prática das técnicas e metodologias da qualidade. Por causa da natureza pública dessas organizações, a legislação, na maioria das vezes, determina a execução de algum processo ou atividade embora não defina como isso deve ser feito. Nesse contexto a escolha de instrumentos de qualidade fica a cargo do servidor público que está naquele momento exercendo a função de direção. Não raras vezes, esse modelo de gestão é interrompido por troca de comando, governos ou transferência daqueles que dominam mais os ensinamentos da qualidade.

Imprimir essa cultura em uma organização não é algo simples ou rápido, mesmo assim é um fator que não pode ser negligenciado.

Consolidar um arcabouço que proporcione a análise dos processos de gestão é algo fundamental, principalmente para a condução de um serviço prestado com qualidade e, conseqüentemente, legitimado pela sociedade.

Ao pensar Segurança Pública temos que pensar em quebra de paradigmas, pois caso contrário seguiremos o velho caminho que, segundo BASTOS (2009, p.06), nos coloca diante de uma “Guarda Municipal que reproduz um modelo reativo e repressivo, além de ter como referência o Ethos militar”, pautado em uma estrutura verticalizada.

No mesmo sentido Kopittke (2016, p. 74-75), afirma que:

Ao longo de três décadas, as guardas municipais novamente voltaram a crescer em tamanho e atribuições. Muitas passaram a ser comandadas por oficiais das polícias militares, ou mimetizaram o modelo militar de organização. Diversas organizações já possuem inclusive unidades especializadas de “caveiras”. Outras, no entanto, vêm tentando criar e desenvolver novas atribuições utilizando um referencial diferente, baseado numa concepção preventiva de segurança pública.

Diante desse cenário ainda temos *gaps* referentes a aplicação de um modelo de gestão focado no nível operacional com ênfase no cumprimento de tarefas. Outro ponto se refere a colocação de regras e normas como a linha mestra das organizações, sem,

contudo, conseguir se livrar da rigidez e lentidão nos processos ou, mesmo, garantir eficiência e consistência nos resultados.

3.0 A estruturação do Grupamento de Apoio ao Turista e análise dos dados

O Grupamento de Apoio ao Turista (GAT) foi criado em 31 de maio de 1994 através da Portaria SE nº 017/94, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro nº 54 de 06 de junho de 1994, tendo sua primeira sede na Base Bambina nº 37, no Bairro de Botafogo. Posteriormente teve sua sede transferida para o Bairro do Rio Comprido e, em pouco tempo retornando a Base Bambina e, em 2014, o GAT passou a ter sua sede no prédio do antigo 1º Batalhão de Guardas (1º BG) no bairro de São Cristóvão. Segundo Gama (2019, p. 101):

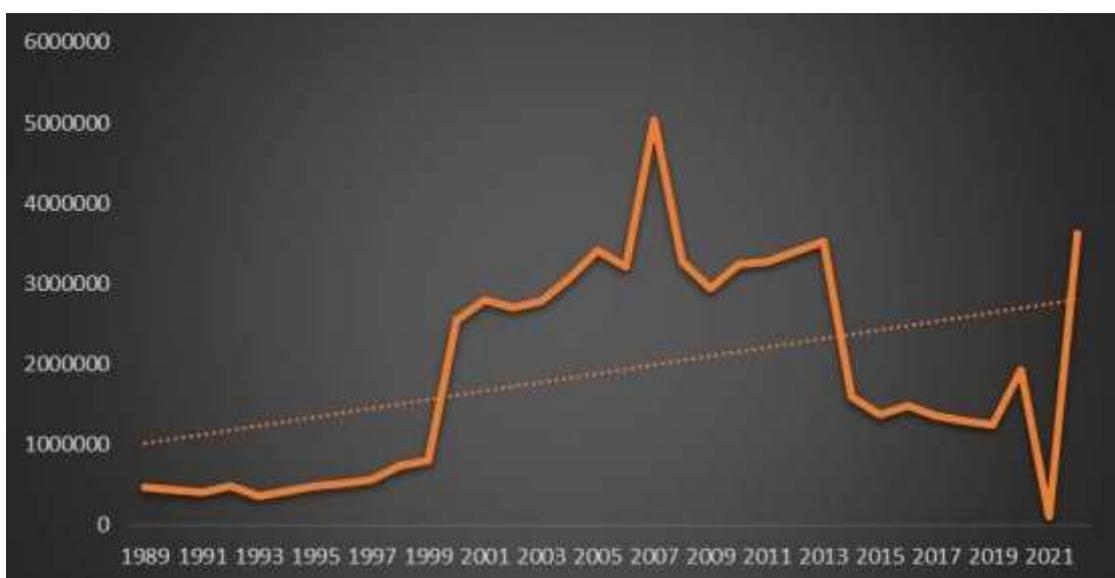
[o] turismo como um fenômeno social que se realiza com a viagem de turistas a lugares, expressão da era industrial capitalista moderna que envolve a oferta de serviços econômicos de hospitalidade, cuja racionalidade impacta dimensões espaciais, ambientais, socioculturais, morais e políticas de países e comunidades hospedeiras.

Desta forma devemos considerar os aspectos referentes a segurança nesse processo e, sendo assim, a atuação e preparação das organizações de segurança são fundamentais como política pública de garantia de acesso e uso do mobiliário turístico, não considerando somente a questão de combate ao crime, mas, também, as questões de manutenção da ordem pública e hospitalidade. Conforme Bezerra (2007, p. 336):

Podemos entender a hospitalidade em turismo como um conjunto de práticas laborais que visam o bom recebimento do turista, de forma que ele se sinta acolhido, satisfeito e integrado ao local. Portanto, embora o turismo represente uma atividade econômica de troca e prestação de serviços, o turismo também pode ser o cenário e o espaço de exercício de sociabilidade e agregação expressos através de ações de hospitalidade.

Assim, o formato das viagens e turismo tendo se tornado cada vez mais uma *comodity*, faz com o setor da segurança pública precise repensar as estratégias para a organização do espaço, preparo e investimentos próprios das prefeituras para o preparo da cidade para a recepção no aumento de pessoas no mesmo espaço. A tendência de crescimento de turistas pode ser observada no gráfico abaixo que analisa o Volume de turistas estrangeiros de todos os continentes via área e marítima para o Estado do Rio de Janeiro sob o período de 1989-2022:

Gráfico 1 - Volume de turistas estrangeiros de todos os continentes via área e marítima para o Estado do Rio de Janeiro sob o período de 1989-2022



Fonte: Produção dos autores com base em Dados sobre a chegada de turistas internacionais não residentes ao Brasil - Ministério do turismo

Não será possível explicitar toda a análise que o gráfico expõe pois existem diversas variáveis internas e externas que irão influenciar o desejo da viagem, a execução, o planejamento o que significa pensar as economias locais de cada país o perfil dos turistas e a economia e incentivo brasileiro para a recepção, isso em nível federal, estadual e municipal. A base de dados públicos dos quais foram possíveis extrair expõe outras informações como o continente, o país que o turista é oriundo e em que estado ele foi recebido. Porém, a exploração de todas essas variáveis deixaria nosso tema central de lado. O que é relevante em apontar é a linha de tendência crescente desde 1989 do fluxo de turistas em específico à unidade federativa Rio de Janeiro, ressaltando para a queda principalmente no ano 2020, ano da pandemia.

De forma anterior ao crescimento da curva, o Grupamento de Apoio ao Turista iniciou suas atividades em 1994 com um pequeno efetivo de guardas municipais, distribuídos em postos na orla da Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro sendo pioneiros nesta área, em comparação à criação do Grupamento Especial de Policiamento em

Áreas Turísticas - GEPAT, criado em 09 de fevereiro de 1999 respectivo à Polícia Militar do Rio de Janeiro.

O GAT no início de sua operação o objetivo principal era o de atender e interagir com os representantes da rede hoteleira, visando a garantia da segurança hospedes e prestação de apoio direto, cumprindo roteiros de policiamento e atendimento ao turista (RAT) previamente definidos e interagindo com as gerências dos estabelecimentos e, conseqüentemente, com os gestores de segurança.

O trabalho desenvolvido pelo GAT, se dá de forma preventiva, com a orientação ao turista tanto no que tange a segurança, quanto a localização e pontos turísticos mais visitados na Cidade do Rio de Janeiro, entre outros. Entretanto, quando o trabalho preventivo não se faz suficiente, o guarda municipal lotado no Grupamento de Apoio ao Turista, encontra-se apto às adversidades do cotidiano, prestando total auxílio àquele que necessita.

Cabe ressaltar que todos que atuam na unidade possuem o curso básico de formação de guardas municipais que é oferecido na Academia de Ensino da Guarda Municipal. O mencionado curso possui disciplinas como história e geografia da cidade que acabam fornecendo ao operador do GAT informações de interesse turístico.

O Grupamento de Apoio ao Turista contava, no ano de 2020, com um efetivo de 83 guardas distribuídos em postos de serviço no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro; Aeroporto Santos Dumont; Estrada das Paineiras, Mirante do Cristo Redentor; Pão de Açúcar e no bairro de Santa Teresa, especificamente no Largo dos Guimarães e na Escadaria Selarón.

Dentre as diversas atividades desenvolvidas pelo Grupamento de Apoio ao Turista, destacamos a excelência na recepção de turistas que chegam à cidade do Rio de Janeiro, com equipes de guardas municipais bilíngues, incluindo grandes eventos e ações cotidianas referentes a alta temporada, geralmente entre os meses de outubro e março.

O Grupamento de Apoio ao Turista, cumpre Missões cotidianas que englobam a segurança de eventos internacionais ou que envolvam grande público, tais com: competições, clássicos de futebol no Maracanã, Réveillon, Carnaval, acompanhamento de blocos carnavalescos, dentre outros.

Assim, o GAT passou a ser demandado para outros pontos relevantes da cidade como demonstra a tabela 1:

Tabela 1 Informações prestadas aos turistas brasileiros e estrangeiros (2020)

PONTOS TURÍSTICOS	TURISTAS br	TURISTAS estg	TOTAIS
CORCOVADO	13122	7047	20169
PÃO DE AÇÚCAR	10089	1675	11764
PIER MAUÁ	7760	3773	11533
AIRJ GALEÃO	9874	1610	11484
PAINEIRAS	5454	2259	7713
SANTA TERESA	4717	1334	6051
SANTOS DUMONT	4129	485	4614
QUIOSQUE COPA	492	3	495
OUTROS	96	8	104

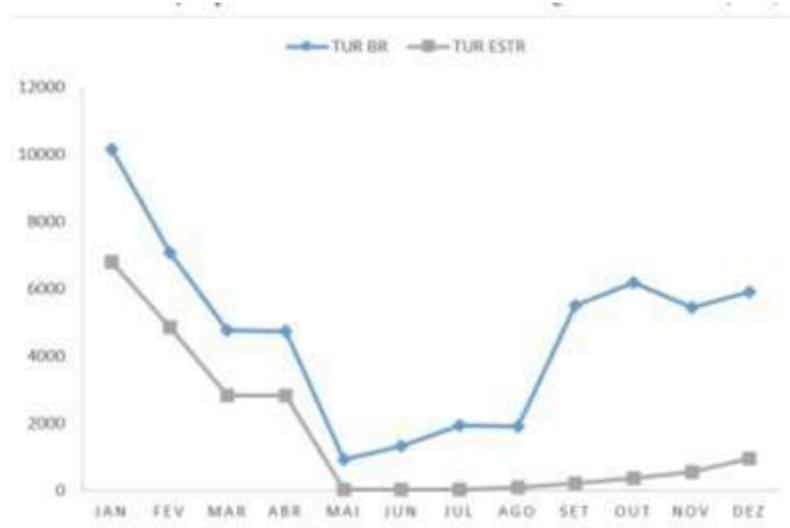
Fonte: Produção dos autores a partir dos dados da Administração do Grupamento de Apoio ao Turista
2020

Como os dados mostram a requisição dos turistas, compreende-se que um mesmo turista pode ir para diferentes pontos turísticos e requisitar informação. Vale também se pensar em análises futuras que mesmo que alguns pontos tenham a guarnição e o volume de pessoas, elas podem não requisitar tal serviço. Porém, podemos observar na tabela os principais pontos turísticos: o Corcovado, Pão de Açúcar, o Píer Mauá e o aeroporto Galeão. Ainda podemos inferir, fazendo as ressalvas iniciais, que na medida que os guardas do GAT são mais requisitados para ofertar informações, também são as áreas de maior concentração de turistas com os dois perfis: brasileiros e estrangeiros, sendo os brasileiros em maior número comparado aos estrangeiros.

Tal concentração também pode ser mais um aspecto relevante a se pensar posto que possíveis relações culturais ou de aproximação ou de estranhamento podem ocorrer na interação entre culturas distintas. Os pontos turísticos possuem tais características sendo mais um fator relevante a levar as guarnições para tais espaços, bem como se pensar estratégias de prováveis resoluções de conflito focados em uma comunicação, logo profissionais especializados no diálogo multilinguístico do qual O GAT conta com profissionais atualizados em diversos temas, incluindo o aprendizado e atualização em de idiomas. Hoje o GAT conta em seu efetivo com guardas fluentes em inglês, espanhol, mandarim, alemão, russo e conhecimentos básicos de japonês, italiano e grego.

Outro fator é relevante em se analisar do ponto de vista temporal e o volume de requisições aos Guardas municipais conforme o gráfico 2.

Gráfico 2 Informações prestadas aos turistas brasileiros e estrangeiros mensalmente (2020)



Fonte: Produção dos autores a partir dos dados da Administração do Grupamento de Apoio ao Turista
2020

Apesar de intuitivamente imaginarmos que o maior volume de pessoas ocorre no verão e nas férias escolares de maior tempo de recesso, é relevante observarmos possíveis nuances e variações do ponto de vista numérico. A análise do volume de usuários aos serviços do GAT ocorreu principalmente nos meses janeiro, fevereiro, março e abril para o perfil de turistas estrangeiros se mantendo praticamente estável a partir do mês de maio. Já para os turistas brasileiros a baixa temporada foi durante os meses que compõe as estações do ano, outono e inverno, com temperaturas um pouco mais baixa e tempo de exposição solar menor que nas outras estações primavera e verão. Assim, no mês de setembro na entrada da primavera retorna a demanda dos turistas brasileiros, mesmo que não sejam necessariamente o período de recesso escolar que costuma ocorrer no mês de janeiro.

O desenho desse gráfico também demonstra mais um aspecto específico do ano de análise, posto que a pandemia do COVID-19 foi deflagrada no mês de março e a partir desses meses percebemos entre diversas medidas, a interrupção das principais vias áreas para viagens que não fossem essenciais. A comparação com outros anos se faz necessário para analisarmos os meses de junho, julho e agosto, férias que costumam ser de maior tempo para os países do norte global. Mais um ponto interessante, é quem mesmo com o primeiro ano da pandemia, o fluxo de turistas brasileiros retorna no mês de setembro.

Mesmo sendo uma unidade especializada da GMRIO o GAT está subordinado à Diretoria de Operações (Dop), que demanda a unidade para a execução de missões específicas. Os quadros abaixo demonstram o cumprimento mensal de ordens de missão apontando o número de guardas municipais, segundo a hierarquia interna, aplicados de forma cumulativa detalhada mensalmente.

Tabela 2 Ordem de missão e efetivo durante os meses de 2020

ORDEM DE MISSÃO	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAL
INSPETOR REGIONAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INSPETOR	0	1	0	0	3	0	0	0	0	0	2	0	6
SUBINSPETOR	1	1	1	1	5	0	0	0	0	0	2	1	12
LÍDER	22	22	24	23	23	23	69	21	22	23	21	23	316
GM	561	547	582	688	692	717	657	709	644	588	541	544	7470
TOTAL	584	571	607	712	723	740	726	730	666	611	566	568	7804

Fonte: Produção dos autores a partir dos dados da Administração do Grupamento de Apoio ao Turista

2020

É possível notar que nos meses de maior fluxo de turistas temos um efetivo menor. Porém, alguns pontos devem ser pensados. O primeiro é que de fato a destinação dos guardas pode não passar por uma análise quantitativa interna a partir dos dados apresentados sendo analisado a produção de registros, autos de infração e relatos de conflitos de outra ordem. A respeito do ato de registrar ou não as ocorrências, são apresentados por Azevedo (2012). Sua pesquisa mostrou que a ausência de um sistema controlado de registro pode resultar em informações conflitantes e inconsistentes. Isso se deve à possibilidade dos guardas municipais utilizarem diversos formatos cadastrais,

bem como diversas informações e terminologias, tornando desafiador o agrupamento das informações e a análise dos dados. Além disso, a pesquisa mostra que, muitas vezes, os vigilantes não registram os serviços prestados ou o fazem de forma incompleta, o que prejudica a eficácia e a transparência da atuação da Guarda Municipal. Segundo a pesquisadora, a falta de registro pode resultar na perda de informações cruciais e dificultar a avaliação da qualidade do serviço prestado. Tais aspectos ocorriam principalmente ao temor de possíveis punições. Segundo Miranda (2012, p.59)

a principal utilidade dos registros, informações dos livros e talonários é se proteger de possíveis punições ou ações na justiça, o que de certa forma explica por que os registros se referem mais a eventos “excepcionais”, ou seja, casos que podem ter desdobramentos que podem afetá-los diretamente. Como disse um dos guardas no grupo focal: “o registro serve para resguardar o guarda”. Outro uso do registro relatado pelos guardas se refere a casos em que eles identificam danos ao patrimônio público.

Apesar de tais análises estarem circunscritas ao município de São Gonçalo, também na zona metropolitana, é possível absorver tais aspectos na relação de registro ou não registro em outras localidades, sendo preciso realizar outros levantamentos para assegurar tal informação. Porém, a reatividade na análise dos dados já pode ser inclusive apresentada em uma produção fílmica em “Tropa de Elite 2: O inimigo agora é outro” quando o personagem Matias é alocado em um cargo burocrático e gera uma análise com base nas documentações que a Polícia Militar produzia.

Figura 1 – Print de tela do Filme tropa de elite 2



Fonte: YOUTUBE acesso em 30 de abr. 2023

Ele chega a um mapa com tipos de crimes e tal projeto é totalmente vetado por seu superior afirmando a frase icônica “corpo encontrado na praia é afogamento”.

Tais aspectos ocorrem como foi observado em Boniolo (2011) e Pinto (2011) a relação de registrar ou não e as motivações. Tais aspectos são relevantes ao se pensar o campo teórico da segurança pública sendo cada vez mais estimulado em cursos de graduação a ênfase em uma atuação preventiva e analítica ao combate aos crimes e contravenções. Este, enquanto hipótese, pode ser um dos aspectos que explique a

distorção entre efetivo e demanda: a não utilização de dados, mesmo que estruturados, para equação da logística de guarnições.

Outro aspecto foi que apesar do efetivo ter sido menor nos meses iniciais e finais, sendo mais enfatizado, os outros meses a explicação se deve à pandemia COVID-19, quando diversos protocolos de segurança biológica foram acionados por prefeituras e estados, tendo uma importante atuação as forças da segurança pública para o controle e evitação de aglomerações durante esse período. Mesmo assim, no gráfico 2, observamos uma baixa durante o ano do fluxo tanto de turistas brasileiros como de estrangeiros, mas nota-se uma retomada do fluxo de turistas brasileiros a partir de setembro de 2020 que pode significar uma baixa adesão aos protocolos sanitários tendo em vista que a primeira dose da vacina foi em 18 de janeiro de 2021 (FIOCRUZ, 2022).

Como mais um ponto de análise temos as infrações de trânsito que também precisam ser analisadas para compor o quadro do ano de 2020.

Tabela 3 autos de infração de trânsito aplicador por postos em 2020

PONTOS TURÍSTICOS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAL
PÃO DE AÇÚCAR	75	104	5	2	17	1	29	54	25	25	57	87	481
PIER MAUÁ	68	47	25	5	5	8	8	19	6	16	6	8	221
SANTA TERESA	8	9	2	0	5	11	26	46	39	18	20	0	184
OUTROS	10	0	2	0	5	6	0	0	6	6	1	3	39
PAINEIRAS	0	0	3	0	0	0	0	0	1	14	1	1	20
CORCOVADO	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
AIRJ GALEÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SANTOS DUMONT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
QUIOSQUE COPA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	161	160	39	7	32	26	63	119	77	79	85	100	948

Fonte: Produção dos autores a partir dos dados da Administração do Grupamento de Apoio ao Turista 2020

Diante do fato de que boa parte dos pontos turísticos e aeroportos da Cidade do Rio de Janeiro serem acessíveis por meio do transporte público e particular, outro dado importante para a análise de problemas referentes ao tráfego é referente aos autos de infração de trânsito que possuíram maior frequência no pão de açúcar, pier Mauá e em Santa Teresa, sendo os dois primeiros, local em que também inferimos possuir maior número de turistas. O Corcovado também foi àquele que possuía maior fluxo de turistas, porém o acesso ao ponto turístico e as características locais não demonstraram a correlação com as infrações de trânsito.

Por ser uma unidade especial onde o atendimento é descentralizado o trabalho motorizado é fundamental e, diante desse fato, não se pode negligenciar o uso das viaturas, aferindo a quilometragem percorrida e o consumo de combustível pensando de forma a medir os recursos que a instituição necessita.

Tabela 4 – Relação entre quilômetros, combustível e ordem de missão

MEDIDAS	TOTAL
Quilômetros	134608
Combustível (l)	8642
Ordem de missão	7804

Fonte: Produção dos autores a partir dos dados da Administração do Grupamento de Apoio ao Turista 2020

A tabela acima apresenta os totais entre quilômetros, combustível e ordem de missão. Não podemos estabelecer os critérios entre comparação, correlação, ou regressão entre as variáveis, mas que é possível estabelecer insights sobre os usos de combustíveis ordem de missão e a quilometragem.

Com base nos dados analisados, nos apontam que temos que ter uma especial atenção a dois postos do GAT. Corcovado e Pão de Açúcar, pois juntos responde por mais de 70% dos atendimentos da unidade, tendo o Pão de Açúcar o complicador de ser um posto em bairro onde transitam turistas e moradores e onde o acesso é prioritariamente por meio de ônibus, taxis ou automóveis. Isso reflete no ordenamento de trânsito e, sendo assim, o entorno da Estação do Pão de Açúcar é *locus* do maior volume da aplicação de infrações por parte do efetivo do GAT.

Corroborando ainda com os dados, foi observado algumas características que podemos pensar a partir da metodologia da matriz SWOT para refletir sobre as quatro forças atuantes na instituição.

Figura 2 – matriz SWOT



Fonte: produção própria com base nos levantamentos relatos e experiência profissional na instituição

Enquanto forças do GAT temos o Pioneirismo no Policiamento voltado para áreas turísticas na Cidade o Rio de Janeiro em 1994; Integração com órgãos e instituições atuantes na área de turismo; Recursos Humanos especializados e motivados.

Quanto às fraquezas, temos a carência de recursos mais amplos para o melhor atendimento do turista nacional ou estrangeiro; Evasão de efetivo em busca de escala mais elástica perdendo assim o material humano qualificado que está nas forças do GAT.

Quanto aos eventos externos temos as oportunidades que seriam: A crescente divulgação da Cidade do Rio de Janeiro como polo turístico de cunho mundial o que se confere com o gráfico 1; A importância da atividade turística para a retomada econômica da Cidade do Rio de Janeiro o que mais uma vez o gráfico 1 aponta esse direcionamento para o setor turístico.

Na relação externa temos as ameaças que seria uma menor interação com o BPtr e DEAT que seriam instituições que poderiam promover uma segurança pública sinérgica, porém, fatores sociais e políticos bem como a formação de cada indivíduo. Conforme Irene Bellier (2006, p.4):

considering institutions not as organizations (as sociologists do) but as cultural formations where social practices, social facts and the production of norms which apply outside their boundaries have to be understood specifically. The human dimension of the institution is what allows us to

consider it as a legitimate object for anthropology, especially for understanding the development of modern complex societies

Assim, as instituições seriam formações culturais com suas práticas próprias com normas de convivência distintas fora dela. Nesse sentido, ao pensar a instituição enquanto uma construção humana, permite e possibilita a Antropologia a pensar as sociedades contemporâneas como a Antropologia em organizações, empresas, política, do Estado, urbana e etc.

A autora ainda aborda que a forma como as instituições produzem o conhecimento, se dá a partir de relações de aliança com aqueles que visam seguir as regras institucionais, porém estas regras podem ser quebradas, se constituindo assim, uma outra rede de grupos dentro de uma mesma instituição. Logo, uma instituição não é homogênea além de construir ou ao menos buscar uma conduta e a formação de uma identidade. Tais aspectos podem ser observados também no trabalho de Pinto (2020) no âmbito empresarial a respeito da “cultura organizacional” a ser pensada em duas dimensões (URBAN, KOH, 2013). A primeira é a análise no interior da empresa, as relações entre empregados, as regras, as festas corporativas etc., ou seja, suas dinâmicas reveladas a partir da relação com o espaço e entre os funcionários. A segunda é pensar o “fora” das empresas, em que se observa os efeitos das relações produtivas e os impactos tanto sobre os consumidores quanto sobre a uma população local. Aqui no caso podemos pensar a relação com os cidadãos ou com agentes de outras instituições.

Logo, com base nas tentativas de cada instituição em formar ou moldar um tipo de indivíduo institucionalizado, seja em empresa, escola ou em instituições públicas, o quanto de absorção das regras e das condutas para além dos manuais, constroem essa relação ou de aversão/distanciamento, neutralidade, sendo a relação positivada, difícil de se observar, sendo uma das dificuldades em se pensar a segurança pública em conjunto com vários setores.

4.0 Considerações finais

Diante do que fora exposto e analisado, o Grupamento de Apoio ao Turista possui uma especificidade de trabalho que o aproxima da Filosofia de Polícia Comunitária, pois está vinculado diretamente a um trabalho de recepção e orientação do turista nacional ou estrangeiro.

O percentual de atendimento ao turista nacional em 2020 representa 74% de um total de 75.313 atendimentos. O ano de 2020 teve a peculiaridade de um momento de crise econômica, alta do dólar, e a Pandemia de COVID-19 que provocou a estagnação do turismo e, lentamente, a retomada da atividade com o turismo interno.

O volume de Registros de Ocorrência do GAT é pequeno, sendo, em sua maioria, referentes ao apoio ao turista e com baixo registro de boletim de ocorrência em DP.

A metodologia de trabalho do GAT é pautada em uma base única onde os GMs se apresentam e retiram suas viaturas para iniciar o serviço. No decorrer do ano de 2019 o grupamento teve a redução de sua frota de 8 para 6 viaturas. Contudo, em 2020,

recebemos novas viaturas e, por ser um meio essencial para o trabalho da unidade, tivemos uma média anual de quilometragem percorrida por viatura de 16.826 quilômetros e uma média de consumo de R\$1.079,93. Tais médias podem ser reduzidas caso tenhamos infraestrutura nos postos para atender a alimentação e descanso dos GMs, pois, assim, não haverá necessidade de retorno do efetivo a base para fazer sua refeição. Cabe ressaltar que, hoje, somente o Corcovado e os aeroportos possuem essa infraestrutura.

A questão do policiamento de proximidade deve ser explorada para que o GAT continue desempenhando sua missão com ganhos qualitativos e, assim, poder demonstrar a capacidade de atuar mais e com melhor qualidade.

Estamos diante de um momento em que o turismo emerge como uma importante atividade e que pode alavancar a economia da Cidade do Rio de Janeiro com o fim da pandemia e conforme os dados apresentados neste artigo.

Uma das formas de dirimir os pontos fracos da instituição seria buscar metodologias para evitar a evasão de guardas municipais especializados, pois com a mudança da escala para 12X36, uma parcela tem buscado trabalhar em unidades que ofereçam escalas mais elásticas.

Por diversos fatores a análise dos dados do GAT se restringem ao ano de 2020, sendo comparado com outros dados públicos do qual foi possível trazer outros dados para comparação e análise da evolução do número de turistas (1989-2022). Tais impedimentos e dificuldades se dá posto que os dados institucionais nem sempre são publicizáveis, sendo alguns carentes de requisições para análise. Lembrando que até mesmo o próprio registro não se trata apenas de ato estritamente racional. O ato de registrar é uma complexa operação classificatória de organização do mundo (DURKHEIM, MAUSS, 1995) a partir da cosmovisão cultural que os indivíduos operam o seu senso prático que Pierre Bourdieu menciona (2011), que seria a vinculação entre a história e o senso de jogo que o indivíduo aciona, uma razão de ser com uma orientação para o futuro fazendo com que esses agentes participem se reconheçam e criem sentido no “jogo” (a metáfora do jogo é aplicada pelo próprio autor). Assim, a incorporação das ações que uma própria instituição aplica a um indivíduo e a sua capacidade de absorver, faz com que suas operações sejam como “deve ser” pois “sempre foi assim” e que “assim tem dado certo” não se buscando uma reflexão para essas ações que se tornam naturalizadas, sendo então... algo prático, pois é como deve ser. E desta forma, as instituições e os agentes interagem e constroem os problemas de ordem pública e segurança pública ainda sob uma carga histórica e algumas tentativas de mudança da sua “razão de ser” na instituição.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

AZEVEDO, Joelma de Souza. Registrar para que? Uma análise das formas de registro dos atendimentos da Guarda Municipal de São Gonçalo (RJ) / Joelma de Souza Azevedo. – 2012. 170 f. Orientador: Ana Paula Mendes de Miranda. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, 2012.

BAYLEY, David H. *Padrões de Policiamento*. Uma análise Internacional Comparativa. Tradução René Alexandre Belmont. São Paulo. Ed da Universidade de São Paulo, 2001.

BASTOS, Marjorie Oliveira. *Em busca de um ethos para a Guarda Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro 2009. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Segurança Pública e Cidadania) - Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais / Viva-Rio, Rio de Janeiro, 2009.

BAUMAN, Zigmunt. *Confiança e medo na cidade*. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.

BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério do turismo. Dados sobre a chegada de turistas internacionais não residentes ao Brasil Metadados Chegadas de turistas internacionais ao Brasil - a partir de 1989. Disponível em https://dados.turismo.gov.br/ja/dataset/chegada-de-turistas-internacionais/resource/425b1cce-653b-419f-b4f8-10b4bd51d30c?inner_span=True acesso em 28 de abr. 2023.

BELLIER, Irène. In and out, fieldwork in a political space : the case of the European Commission. *Österreichische Zeitschrift für Politikwissenschaft | Austrian Journal of Political Science*, 2002, 31 (nº2 (Methodische Innovationen in der Politikwissenschaft, Hg Gregor Matjan & Birgit Weiss -eds)), pp.205-216. ffhalshs- 00009218f. 2006.

BEZERRA, Sandra Regina Zúniga de Souza. Apontamentos sobre hospitalidade, turismo e modernidade. *Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, v. 12,n. 2, p. 335-345, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O senso prático. 2ª edição Petrópolis: Vozes, 2011.

BONIOLO, Roberta M. 2011. Da “feijoada” à prisão: o registro de ocorrência na criminalização da “intolerância religiosa” na região metropolitana do Rio de Janeiro. Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Direitos Humanos ou “privilégios de bandidos”? *Novos Estudos Cebrap*. Nº 30, julho de 1991, pp. 162-174.

CENTRO INTEGRADO DE ESTUDOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Curso em Direitos Humanos, Uso Legítimo da Força e Guarda Comunitária para Guarda Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Trombone, 2008.

CONCEIÇÃO, José Ricardo da. *Um olhar sobre as expectativas do guarda municipal em meio aos conflitos que o cercam*. Rio de Janeiro, 2009. 68f. Monografia (Especialização em Segurança Pública, Cultura e Cidadania) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2009.

DARTON, Robert. O grande massacre dos gatos e outros episódios da história francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DURKHEIM, É., MAUSS, M. Algumas Formas Primitivas de Classificação (1903). In: MAUSS, M. *Ensaio de Sociologia* São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995

FIOCRUZ. Brasil celebra um ano da vacina contra a Covid-19. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/noticia/brasil-celebra-um-ano-da-vacina-contracovid-19> acesso em 30 de abr. 2023.

FONTES, Michele Russo de Mello. *A eficiência do curso de formação de guardas municipais do Rio de Janeiro, quanto à sua metodologia e aplicação na prática operacional*. Rio de Janeiro 2009. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós- Graduação Políticas e Gestão em Segurança Pública) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2009.

GAMA, Hélio F. L. N. A transversalidade do saber: O conceito de lugar e a sociologia do turismo. In: TAVARES, G. (Org.) *Turismo: Lazer e negócios*. Ponta Grossa – PR: Atena Editora, 2019. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/arquivos/ebooks/turismo-lazer-e-negocios>

GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. *Curso de Formação*. Módulo Profissional. Prefeitura do Rio de Janeiro. P.199. S/d.

LAGE, Lana; MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Da polícia do rei à polícia do cidadão *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 25. Rio de Janeiro: SABIN, 2007.

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni Cardoso. *Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI*. Florianópolis: Insular, 2005.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Informação, análise criminal e sentimento de (in) segurança: considerações para a construção de políticas públicas de segurança. PINTO, Andréia Soares; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. *A análise criminal e o planejamento operacional*. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de, OLIVEIRA, Marcella Beraldo, PAES, Vivian Ferreira. A reinvenção da “Cartorialização”: análise do trabalho policial em registros de ocorrência e inquéritos policiais em “Delegacias Legais” referentes a homicídios dolosos na cidade do Rio de Janeiro. *Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública*. , v.4, p.119 - 152, 2010

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Resguardar ou punir: produção e usos de registros em Guardas Municipais do Rio de Janeiro. In: *Desafios à segurança pública: controle social, democracia e gênero / Luís Antônio Francisco de Souza, Bóris Ribeiro de Magalhães, Thiago Teixeira Sabatine (org.)*. – Marília : Oficina Universitária; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2012.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. *Produção e gestão da Informação em segurança Pública*. Volume único. / Ana Paula Mendes de Miranda, Luís Alberto Grisolia Gonçalves. – Rio de Janeiro : Fundação Cecierj, 2018. 342p

PEIRANO, Mariza. “A lógica múltipla dos documentos”. In: *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. pp. 135-153, 2006b.

PEREIRA, Marcelo dos Santos. *Uma nova idéia para Guarda Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Academia da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, 2009. No prelo

PINTO, Vinícius Cruz. *Picuinha de vizinho ou problema cultural? Uma análise dos sentidos de justiça referente aos casos de “intolerância religiosa”*. (Trabalho de Conclusão de Curso -Departamento de Ciências Sociais). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

PINTO, Vinícius Cruz. “Estão sempre observando a gente na favela!”: a rede de suspeições entre uma concessionária de energia elétrica, terceirizados, consumidores e

domínio armado em Duque de Caxias (RJ). Ana Paula Mendes de Miranda, orientadora, Niterói, 2020. 211f.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*. Poder Executivo, v.23, n. Nº160, p.1, 11 out. 2009. Seção 1, pt.1.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Valber Ricardo dos, 1982- S237p Política de segurança pública no Brasil contemporâneo : entre a segurança cidadã e a continuidade autoritária / Valber Ricardo dos Santos. – 2012. 174 f.

SKOLNICK, J.H.; BAYLEY, David. H. *Policiamento Comunitário*. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da USP, 2002.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública*. Ministério da Justiça, 2008. Disponível em: <
<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJE9CFF814ITEMID414D534CB317480A9995C6D049ED9190PTBRIE.htm>>. Acesso em: 04 dez. 2008.

TROJANOWICZ, R.; BUCQUEROUX, B. *Policiamento Comunitário: como começar*. Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994. Reeditado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

URBAN, Greg; KOH, Kyung-Nan. Ethnographic Research on Modern Business Corporations. (October 2013). Annual Review of Anthropology, Vol. 42, pp. 139-158, 2013, Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2344209> ou <http://dx.doi.org/10.1146/annurev-anthro-092412-155506>. Acesso em 05 Out. 2020.

YOUTUBE. Corpo encontrado na praia é afogamento. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=U3eyfTxPaLY&t=10s&ab_channel=Robsonleites acesso em 30 de abr. 2023.